

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2021

DENOMINAÇÃO: ATI – AMIGOS DA TERCEIRA IDADE

MORADA: Avenida Dr. Fernando Aroso, 355

LOCALIDADE: Leça da Palmeira

FREGUESIA: Leça da Palmeira

CONCELHO: Matosinhos

CODIGO POSTAL: 4451-801


(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Leça da Palmeira, 26 de março de 2022

Leça da palmeira, 26 de março de 2022

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Lúcia Emília Dinis S. Rocha
Flávia Rosa Realizes Medeiros
Luís Fernando de Almeida

Joaquim do Rio

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501648950
Moeda : (Valores em Euros)

RMI
[Handwritten Signature]

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-21	31-dez-20
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	31 600,09	31 037,57
Investimentos financeiros	10.1	1 064,45	772,61
		32 664,54	31 810,18
Ativo corrente			
Inventários	5	276,41	71,85
Créditos a receber	10.2	901,50	251,89
Estado e outros entes públicos	10.7	1 218,77	628,79
Diferimentos	10.3	2 023,02	1 992,77
Outros ativos correntes	10.8	188,61	2 526,01
Caixa e depósitos bancários	10.4	28 570,52	33 877,81
		33 178,83	39 349,12
Total do ativo		65 843,37	71 159,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	12 343,63	12 343,63
Resultados transitados	10.5	5 210,87	-11 540,99
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		29 870,35	29 677,42
		47 424,85	30 480,06
Resultado líquido do período		-4 871,37	16 751,86
Total dos fundos patrimoniais		42 553,48	47 231,92
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	1 199,16	1 442,98
Estado e outros entes públicos	10.7	3 013,00	2 720,28
Outros passivos correntes	10.9	19 077,73	19 764,12
		23 289,89	23 927,38
Total do passivo		23 289,89	23 927,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		65 843,37	71 159,30

A Direção
Flávia Cecilia Diniz S. Rocha
Marcia Rosa Rodrigues Masulha
Janet Gomes de Carvalho

O Contabilista Certificado

[Handwritten Signature]
[Handwritten Name]

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501648950

Moeda: (valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	6	79 953,29	73 936,87
Subsídios, doações e legados à exploração	10.1	115 723,64	129 140,13
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-29 494,65	-28 264,36
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-34 146,60	-37 285,31
Gastos com o pessoal	8	-135 082,84	-122 950,86
Outros rendimentos	10.12	8 114,68	7 568,70
Outros gastos	10.13	-3 459,84	-101,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 607,68	22 043,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-6 479,05	-5 291,56
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4 871,37	16 751,86
Resultados antes de impostos		-4 871,37	16 751,86
Resultado líquido do período		-4 871,37	16 751,86

A Direção

Flávia Cunha Dias S. Rocha

Marina Rosa Rodrigues Rezallucé

Luís Carlos de Barros

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RM
[Handwritten signature]

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		79 680,13	65 959,98
Pagamentos a fornecedores		-57 500,30	-61 755,82
Pagamentos ao pessoal		-88 984,80	-78 385,27
Caixa gerada pelas operações		-66 804,97	-74 181,11
Outros recebimentos/pagamentos		62 674,25	82 857,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-4 130,72	8 676,79
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-10 549,00	-27 519,74
Investimentos financeiros		-312,48	-280,56
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		6 949,50	32 971,74
Juros e rendimentos similares		1,58	1,43
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3 910,40	5 172,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2 733,83	247,08
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2 733,83	247,08
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		33 877,81	19 781,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4	28 570,52	33 877,81

A Direção
Flávia Emilia Diniz S. Rocha

Marica Rosa Rodrigues Megalhães
[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Entidade: **ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE**
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: **501648950**

Moeda: **Euros**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Convívio	PERÍODOS	
					2021	2020
Vendas e serviços prestados	6	42 185,99	33 517,97	4 249,33	79 953,29	73 942,87
Custo das vendas e dos serviços prestados		-62 699,81	-65 938,91	-35 938,77	-164 577,49	-151 215,22
Resultado Bruto		-20 513,82	-32 420,94	-31 689,44	-84 624,20	-77 272,35
ISS, IP - Centro Distrital		26 693,32	42 023,96	24 065,48	92 782,76	105 575,84
Outros Rendimentos		11 248,30	10 036,17	9 771,09	31 055,56	31 132,99
Gastos administrativos		-16 813,75	-15 328,07	-8 483,83	-40 625,65	-42 576,87
Outros Gastos		-2 305,60	-903,52	-250,72	-3 459,84	-101,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 691,55	3 407,60	-6 587,42	-4 871,37	16 751,86
Resultado antes de impostos		-1 691,55	3 407,60	-6 587,42	-4 871,37	16 751,86
Resultado líquido do período		-1 691,55	3 407,60	-6 587,42	-4 871,37	16 751,86

A Direção

Luís António Dias S. Rocha

Agência para Países de Língua Oficial Portuguesa

Luís António Dias S. Rocha


O Contabilista Certificado



Handwritten signature and initials "R M" in the top right corner.

A.T.I. – AMIGOS DA TERCEIRA IDADE

Anexo às demonstrações financeiras 2021

R.M.


Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5	Inventários.....	9
6	Rédito.....	9
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	9
8	Benefícios dos empregados	10
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	10
10	Outras Informações.....	11
10.1	Investimentos Financeiros	11
10.2	Créditos a receber.....	11
10.3	Diferimentos.....	11
10.4	Caixa e Depósitos Bancários	11
10.5	Fundos Patrimoniais.....	12
10.6	Fornecedores	12
10.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	12
10.8	Outros ativos correntes	12
10.9	Outros passivos correntes	13
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração	13
10.11	Fornecimentos e serviços externos.....	13
10.12	Outros rendimentos	14
10.13	Outros gastos.....	14
10.14	Resultados Financeiros	14
10.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	14
10.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A Associação A.T.I. - AMIGOS TERCEIRA IDADE é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 287, Série III, com sede na Avenida Dr. Fernando Aroso, 355 – Apartado 3074, 4451 – 801 Leça da Palmeira. Tem como principal objetivo:

- O apoio à terceira idade da freguesia de Leça da Palmeira, através da criação e manutenção de um centro de dia, centro de convívio e do apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O

X17


exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.


3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

KL


c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

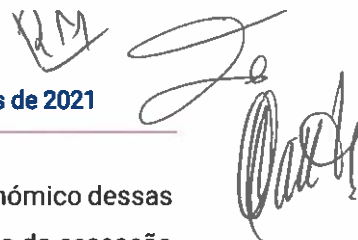
Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento Informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.



De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro. O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e Outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Equipamento Básico	101 710,59	6 577,25			108 287,84
Equipamento de Transporte	45 440,62				45 440,62
Equipamento Administrativo	12 700,49	464,32			13 164,81
Outros	5 904,00				5 904,00
Ativo Tangível Bruto	165 755,70	7 041,57	0,00	0,00	172 797,27
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	100 350,44	907,19			101 257,63
Equipamento de Transporte	21 981,91	5 413,54			27 395,45
Equipamento Administrativo	12 221,78	158,32			12 380,10
Outros	164,00				164,00
Depreciações Acumuladas	134 718,13	6 479,05	0,00	0,00	141 197,18
Ativo Tangível Líquido	31 037,57	562,52	0,00	0,00	31 600,09

11/12



5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	276,41	71,85
Mercadorias - Bar	0,00	0,00
Total	276,41	71,85

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2021	2020
	Mercadorias, Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias, Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	71,85	157,56
Compras	17.959,18	17.036,28
Doações	11.740,03	11.142,37
Saldo Final	276,41	71,85
Gastos do Período	29.494,65	28.264,36

6 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	2021	2020
Prestação de Serviços	79.953,29	73.936,87
Quotas do Utilizadores	71.887,24	63.767,76
Quotizações e Jóias	6.150,00	7.725,00
Bufete	1.916,05	2.444,11
Juros	1,58	1,43
Depósitos Bancários	1,58	1,43
Total	79.954,87	73.938,30

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

R11


DESCRIÇÃO	2021				2020		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			92.782,76			103.238,44
ISS, IP (Programa Adaptar Social +)	Não Reembolsável						2.337,40
Câmara Municipal Matosinhos (Equip. Transporte)	Não Reembolsável	5.772,57			23.458,71		4.521,74
Câmara Municipal Matosinhos (Equip. Informático)	Não Reembolsável	478,71			478,71		359,03
Câmara Municipal Matosinhos (Renda)	Não Reembolsável			8.772,84			8.232,84
União de Freguesias	Não Reembolsável	984,00			5.740,00		164,00
IAPMEI	Não Reembolsável			380,25			
Total		7.235,28	0,00	101.935,85	29.677,42	0,00	118.853,45

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais em 2021 e 2020 foi de 19. A Direção é constituída por 12 elementos, o Conselho Fiscal por 4 elementos e a Assembleia Geral por 3.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 e 2020 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Remunerações ao pessoal	107.393,57	97.857,65
Encargos sobre as Remunerações	23.133,87	20.718,74
Seguros de Acidentes no Trabalho	4.061,84	3.952,17
Outros Gastos com o Pessoal	493,56	422,30
Total	135.082,84	122.950,86

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

R12

10 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1.064,45	772,61
Total	1.064,45	772,61

10.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	901,50	251,89
Total	901,50	251,89

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:


Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguro Acidentes Trabalho	1.465,34	1.456,23
Outros Seguros	557,68	536,54
Total	2.023,02	1.992,77

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	359,46	8094,91
Depósitos à Ordem	12.160,32	9.733,59
Depósitos a Prazo	16.050,74	16.049,31
Total	28.570,52	33.877,81

114



10.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12.343,63			12.343,63
Resultados Transitados	-11.540,99	16.751,86		5.210,87
Outras variações nos fundos patrimoniais	29.677,42	6.949,50	-6.756,57	29.870,35
Total	30.480,06	23.701,36	-6.756,57	47.424,85

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c		
Fornecedores	1.199,16	1.442,98
Total	1.199,16	1.442,98

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA - Restituição	1.218,77	628,79
Total	1.218,77	628,79
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	424,00	451,36
Segurança Social	2.562,40	2.243,52
Fundos Compensação	26,60	25,40
Total	3.013,00	2.720,28

10.8 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores		
Adiantamento a fornecedores	188,61	188,61
Entidades Setor Publico Administrativo		
ISS - Programa Adaptar Social +	0,00	2.337,40
Total	188,61	2.526,01

10.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores de investimentos	0,00	2.952,00
Fornecedores de investimentos c/c	0,00	2.952,00
Credores por Acréscimo de Gastos	18.460,99	0,00
Remunerações a Liquidar	17.835,14	16.497,66
Outras Despesas Diferidas	625,85	288,05
Outros devedores e credores	84,94	0,00
Sindicato	30,17	26,41
Helena Cardia	54,77	0,00
Outros devedores e credores	531,80	0,00
Adiantamento de Utentes	531,80	0,00
Total	19.077,73	19.764,12

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	101.935,85	113.904,68
Doações e heranças	13.787,79	15.235,45
Total	115.723,64	129.140,13

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

A rubrica "doações e heranças" engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar e donativos monetários.

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	9.816,96	9.917,36
Materiais	2.261,16	5.197,15
Energia e fluidos	7.354,99	7.824,44
Deslocações, estadas e transportes	96,90	141,3
Serviços diversos	14.616,59	14.056,95
Encargos com os Utentes	0,00	148,11
Total	34.146,60	37.285,31

K12


10.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	0,00	22,50
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	2500,00
Outros Rendimentos	8.113,10	5044,77
Juros Obtidos	1,58	1,43
Total	8.114,68	7.568,70

10.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	0,00	5,75
Quotizações	96,00	96,00
Correções relativas a períodos anteriores	3.363,84	0,00
Total	3.459,84	101,75

10.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,58	1,43
Total	1,58	1,43

10.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A entidade tem as valências instaladas em dois edifícios. O edifício sede é cedido pela Junta de Freguesia Matosinhos e Leça da Palmeira e um outro designado por ATI Monte Espinho é cedido pela Câmara Municipal de Matosinhos. Os custos relativos à eletricidade, gás e água que a entidade tem, no edifício cedido pela Junta de Freguesia, são suportados por essa mesma entidade e a instituição não tem qualquer encargo com a cedência do espaço. Relativamente ao edifício designado por ATI Monte de Espinho a Câmara atribui um subsídio destinado a assegurar o pagamento da renda anual.

O número médio de utentes por valência, durante o ano de 2021, foi o seguinte:

- Centro de Convívio: 7
- Centro de Dia: 16
- Serviço de Apoio Domiciliário: 20

10.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça da Palmeira, 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

A Direção